

# “A GENTE CAMINHA COM A NOSSA HISTÓRIA”: RETOMADA KAINGANG GÃH RÉ NO MORRO SANTANA, PORTO ALEGRE

EDUARDA HEINECK FERNANDES<sup>1</sup>

UFRGS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-5220-2518>

---

**RESUMO:** *Este artigo analisa o processo de territorialização e as dinâmicas de sociabilidade dos Kaingang na Retomada Gãh Ré, a partir de situações etnográficas específicas e de uma análise conjuntural. Em outubro de 2022, indígenas kaingang retomaram seu território ancestral no pé do Morro Santana, zona leste de Porto Alegre. A estratégia adotada pelos indígenas foi recorrer a um imóvel que apelasse à função social da terra, além de ativar as redes de parentesco e de aliança para ação política. A partir de pesquisa bibliográfica e etnográfica, este artigo investiga como as lutas pela retomada da terra moldam as redes de sociabilidade, enfatizando o papel do parentesco e da memória dos mais velhos na organização das ações de retomada.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Kaingang, retomada de terras, processo de territorialização, Morro Santana, sociabilidade.*

**ABSTRACT:** *This article analyzes the process of territorialization and the dynamics of sociability among the Kaingang in the Retomada Gãh Ré, based on specific ethnographic situations and a contextual analysis. In October 2022, Kaingang reclaimed their ancestral territory at the foot of Morro Santana, in the eastern zone of Porto Alegre. The strategy adopted by the indigenous group was to focus on a property that appealed to the social function of land, while also activating kinship and alliance networks for political action. Drawing on bibliographic and ethnographic research, the article investigates how land retakings struggles shape networks of sociability, emphasizing the role of kinship and the memory of elders in organizing reclamation efforts.*

**KEYWORDS:** *Kaingang, land retakings, territorialization process, Morro Santana, sociability.*

---

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Cientista Social pela UFRGS e bacharela em Relações Internacionais pela ESPM-Sul. Pesquisadora integrante do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/PPGAS-UFRGS) e do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/PPGAS-UFRGS).

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

## Introdução

Nos últimos anos, a antropologia brasileira tem dado especial atenção aos processos de recuperação territorial empreendidos por povos indígenas de Norte a Sul do país (Oliveira, 2022). Atualmente, alguns desses processos são conhecidos como retomadas de terra, um fenômeno que extrapola as pressões do movimento indígena para que o Estado demarque seus territórios (Alarcon, 2019). Por exemplo, Maréchal (2021) compreende as retomadas como ações diretas decoloniais.

É a partir destes entendimentos, e de um trabalho de campo iniciado em outubro de 2022, que este artigo toma corpo. Antes de apresentar alguns achados da pesquisa, exponho brevemente o contexto histórico social da Retomada Gãh Ré, assim como o percurso metodológico do trabalho.

Para os Kaingang do Rio Grande do Sul o Morro Santana é sagrado, pois evoca a memória ancestral dos mais antigos. Os indígenas se relacionam de diversas formas com o território: é ali onde os umbigos e os antepassados kaingang estão enterrados. É ali onde estão as ervas e os remédios (*vênh-kagta*) que mantêm os corpos kaingang fortes (Maréchal, 2017), além da taquara e do cipó, elementos centrais na reprodução social kaingang. A denúncia da destruição de seu território é feita há décadas, seja através de pedreiras para extrativismo mineral, duplicação de avenidas e o crescente avanço da fronteira imobiliária (Teia dos Povos, 2022).

Há muitos anos, os Kaingang lutam por sua permanência no território, seja através dos tradicionais acampamentos nas décadas de 1970/80, do pedido protocolado, em 2009, na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para a Identificação, Caracterização e Delimitação da Terra Indígena no Morro Santana, ou de outras tentativas de recuperação territorial realizadas por famílias kaingang, em 2010 (Retomada Non Gá). Abordaremos esses pontos adiante.

Em 18 outubro de 2022, guiados por Iracema Gah Té, *kujà* e cacica da Retomada, os povos Kaingang e Xokleng<sup>2</sup> retomaram seu território ancestral no sopé do Morro Santana, sendo batizado de Gãh Ré, em homenagem ao avô da cacica, que em sonho lhe mostrou os caminhos para lutar pela preservação do território e do modo de vida tradicional kaingang. A área retomada estava sem função social há mais de 40 anos e tinha como pretensos donos *os maioneses*<sup>3</sup>, como passaram a ser chamados. Os *maioneses* conseguiram, a partir do afrouxamento da legislação ambiental, a licença para a construção de um condomínio com 11 torres, 714 apartamentos e 865 vagas de estacionamento. O terreno que era uma Área de Preservação Permanente (APP), passou a ser considerado “área de ocupação intensiva”, autorizando a construção no local (Teia dos Povos,

---

<sup>2</sup> Cabe pontuar que quando falo da ação retomada, me refiro às populações Kaingang e Xokleng – povos do tronco linguístico Macro-Jê –, pois ambos estavam presentes no “início” do processo de recuperação territorial. Em janeiro de 2023, por conta de concepções diferentes, os Xokleng saem da Retomada. Portanto, foi delimitado como população interlocutora os indígenas Kaingang. Os Xokleng aparecem em alusão aos primeiros meses do processo de retomada.

<sup>3</sup> Corruptela do sobrenome de uma família de banqueiros, que faliu e deu calote na população gaúcha nos anos 1970/80, além de possuir uma íntima relação com coronéis e generais do período da Ditadura Militar e o esbulho de terras indígenas no Paraná.

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

2022). É nesse contexto de luta pela preservação da mata nativa e dos olhos d'água (*goj roj*), catapultado por uma tentativa de reintegração de posse onde residia a família de Gah Té, somado à reivindicação de um espaço para que as futuras gerações possam crescer e reproduzir o modo de vida dos *kofá*, os antigos kaingang (Maréchal *et al.*, 2022), em que emerge a Retomada Gãh Ré.

## **Percurso metodológico**

Inspiro-me em Abu-Lughod (2018) e sua proposta de uma *etnografia do particular*, que caminha para perturbar o conceito de cultura e suas homogeneizações. É sempre um desafio elaborar quando começou esta etnografia. Apoio-me na noção de Peirano (2014), entendendo tratar-se de uma escolha arbitrária de quem está pesquisando. Para fins formais, uso a data de 18 de outubro de 2022, dia da ação retomada. De lá pra cá, participei de ações diretas, vigílias, encontros, assembleias, mutirões, momentos felizes e tensos na Retomada. Em certo momento, acabei ficando mais próxima das pessoas que desenvolvem essa pesquisa comigo. Também precisei me afastar para tentar elaborar o que foi vivido. Atualmente, já são dois anos que compartilhamos dessa relação, de amizade e de pesquisa.

No começo da ação, muitas pessoas estavam acampadas no território, indígenas e não indígenas. Os primeiros dias de ações diretas, como retomadas, são cruciais para o futuro do movimento. Com o passar do tempo, as relações vão mudando, algumas seguranças mínimas são garantidas aos indígenas e meu retorno ao território se dá para visitas, comemorações e trabalho de campo.

Por fim, destaco a revisão da bibliografia acerca do fenômeno das retomadas, conflitos fundiários, processos de territorialização e questões específicas relacionadas a esta coletividade kaingang, além da observação participante, que serviu para qualificar aquilo que foi observado, através da experiência na vida social kaingang. Quando convidei os Kaingang para pesquisarem comigo, estávamos na volta do fogo, mateando e jogando pife. Gah Té me emprestou um livro, que havia recebido de presente de vizinhos que atuam na Biblioteca Comunitária do Morro Santana: “Acho que vai ajudar na tua pesquisa” (Gah Té, 2023, caderno de campo). Este artigo, portanto, é resultado de uma primeira parceria de pesquisa construída no âmbito da monografia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais.

**Figura 1.** Gah Te e sua neta Vênh Fej; livro sobre o Morro Santana



Fonte: Acervo pessoal (2023)

### **Morro Santana, território ancestral: processos de territorialização**

Ao longo dos séculos, vemos a expansão das fronteiras coloniais e nacionais sobre as terras tradicionalmente ocupadas. É dizer que tais terras foram transformadas de territórios culturalmente construídos em fatores produtivos (Alarcon, 2019), como mecanismo de exploração da terra e dos povos. O regime de concessão de terras do Império Português está na base da expansão do que hoje conhecemos por latifúndio, das *plantations*, com intuito de “povoar” o território e de criar condições para o cultivo.

A concentração fundiária e as disputas por terra são um problema histórico brasileiro, no qual indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades tradicionais engajam-se na resistência contra o esbulho sofrido desde o período colonial e que, até hoje, recebe novas roupagens – como o agronegócio, o garimpo, a especulação imobiliária, dentre muitas outras. No marco da corrida imperial do século XVIII, Gastal (1995) – do livro que Gah Té me emprestou –, aponta que a coroa portuguesa instituiu no extremo Sul do Brasil extensas concessões de terras para assentamento de colonos, visando protegê-las dos avanços da coroa espanhola.

No Morro Santana não foi diferente. O local é comumente referenciado ao mito fundador da cidade de Porto Alegre, a partir da fundação da Sesmaria de Sant'Anna, no século XVIII. Foi ali que o colono português Jerônimo de Ornellas construiu sua fazenda, o Rincão do São Francisco, utilizando os conhecimentos geográficos dos povos indígenas que ali viviam sobre qual seria o local mais adequado para a edificação (Silva, 2023).

A ideia de terra tradicionalmente ocupada remete ao uso comum dos recursos e aos formatos próprios de ocupação do território, constituindo o que Almeida (2008) chama de *territorialidades específicas* que, devido à luta do movimento indígena, ganharam reconhecimento jurídico na Constituição de 1988. A partir dos processos de territorialização, essas terras são entendidas como tradicionais, pois mobilizam a sociabilidade – conceito que se mostrou central para pensarmos a Retomada Gãh Ré, pois, a partir de Barth (2011) e de Oliveira (1998), vejo como os Kaingang articulam sua identidade étnica como um tipo organizacional, construído na relação entre território e organização social.

Como processos de territorialização me refiro aos processos que reorganizam as estruturas sociais, a partir da criação de uma nova unidade sociocultural por meio da mobilização de uma etnicidade diferenciada (Oliveira, 1998). Destaco também a constituição de mecanismos políticos específicos, a negociação das dinâmicas de poder e do uso dos recursos ambientais, assim como uma reelaboração em termos culturais da relação da coletividade com o passado. As dinâmicas de territorialização extrapolam a ocupação física do território, agindo na reconstrução das práticas tradicionais, das identidades étnicas e da própria organização social (Oliveira, 1998).

As retomadas de terra atuam como uma “abertura de caminho” para as gerações futuras, como conta a pesquisadora kaingang Angélica Domingos (2022). Não à toa, os mais velhos estavam ansiosos pela abertura da escola tradicional da Retomada Gãh Ré, pois os mais jovens têm falado cada vez menos o idioma kaingang. Vemos, portanto, como as retomadas extrapolam a questão territorial, relacionando-se com aspectos mais amplos da resistência indígena (Alarcon, 2019), de afirmação do modo de vida tradicional e de uma relação diferenciada com o território.

Para Gah Té, a retomada tem forte conexão com a preservação de seu território ancestral, a partir dos ensinamentos de seu avô para manter a mata em pé e as nascentes (*goj ror*) protegidas. Nas palavras da cacica, as retomadas buscam “fazer diferente”, em alusão às formas políticas adotadas pelas lideranças clássicas, em sua maioria masculinas, que, por exemplo, arrendam terra. Vale recuperar o percurso da família de Gah Té, junto de algumas outras famílias kaingang que, nos anos 1980, foram expulsas da Terra Indígena (TI) Nonoai por oporem-se ao arrendamento de terra para monocultura de soja e para exploração de madeira (Maréchal, 2021). A questão do arrendamento<sup>4</sup> de terras é um ponto central para pensarmos nos conflitos fundiários em terras já demarcadas, inclusive, para compreendermos que, mesmo quando demarcadas, as terras indígenas ainda são alvo de exploração, daí o potencial político de ações diretas como as retomadas.

Quando os indígenas expulsos da TI Nonoai chegaram em Porto Alegre, nos anos 1980, foi no Morro Santana que as famílias buscaram

---

<sup>4</sup> O arrendamento de terras é, *grosso modo*, a entrega da terra – cujo usufruto é somente dos povos indígenas – para que terceiros a explorem, mediante uma remuneração. No caso brasileiro, as terras indígenas são bens da União e, de acordo com a Constituição de 1988, tal direito (dos povos sobre o território) é inalienável, estando indisponível a terceiros.

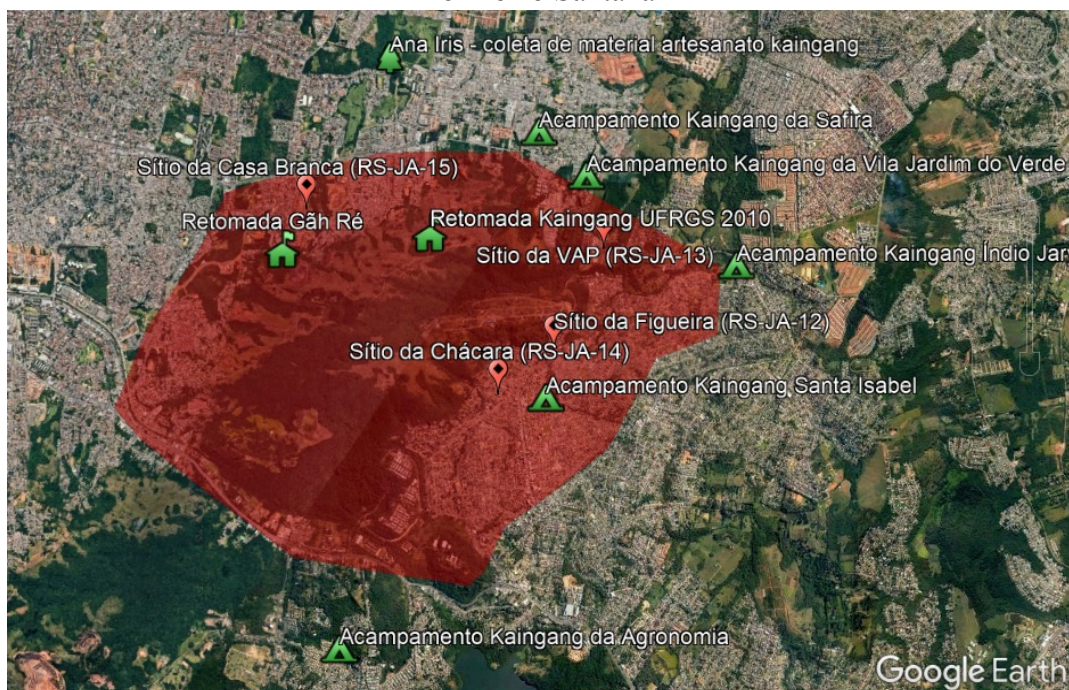
moradia, iniciando os acampamentos kaingang nos bairros Jari (Viamão), Passo Dornelles e Agronomia, e também originando a Vila Safira (Maréchal *et al.*, 2022). Conversando com os Kaingang, percebi como o Morro Santana aparece na memória coletiva, pois é comumente referenciado como um território habitado e frequentado pelos antepassados ao longo dos séculos. Angélica também contou que quando chegou da TI Votouro, buscou residir nas proximidades do morro, por ser um local de referência para os Kaingang. A presença da Retomada Gãh Ré, depois de anos de luta, permite que essa relação com o passado se atualize: uma tradicionalidade contada pelos mais velhos e uma tradicionalidade forjada nos novos arranjos do cotidiano, na *territorialização*.

Gah Té conta que, quando vinha de Nonoai para Porto Alegre, ela e sua família costumavam acampar no Morro Santana e, muitas vezes, encontravam com outros Kaingang que passavam por ali. A mobilidade e a circularidade são elementos importantes da territorialidade kaingang (Tommasino, 1995; Maréchal, 2017; 2021; Domingos, 2022) e o trânsito de indígenas pela área do Morro Santana é uma dinâmica social que se relaciona com diversas práticas dos Kaingang, como caça, coleta, venda e troca de artesanatos.

O mapa abaixo mostra a sobreposição dos sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) com os tradicionais acampamentos kaingang na região do Morro Santana, além das duas retomadas (Non Gá, de 2010, e Gãh Ré, de 2022). O entrecruzamento das áreas pode ser explicado pelo fato de que o antigo Caminho do Meio (hoje, Avenida Protásio Alves), estrada que leva até Viamão, já era uma rota conhecida pelos povos originários que viviam na região, assim como pelos primeiros colonos que ali se assentaram (Maréchal *et al.*, 2022).



**Figura 2.** Sobreposição dos Sítios Arqueológicos e dos Acampamentos Kaingang no Morro Santana



Fonte: Preserve Morro Santana (2022)

Os processos de territorialização kaingang, no território reivindicado pela Gãh Ré, caracteriza o que Almeida (2008) chama de *territórios de pertencimento*, pois são concebidos pela mobilização de livre acesso aos recursos necessários para a reprodução social do grupo em diferentes tempos históricos. Nota-se também como os eventos históricos se entrelaçam à memória coletiva kaingang nas lutas por terra e o apagamento da presença indígena nesses eventos é mais um braço da colonialidade do poder (Quijano, 2009), enquanto regime eurocêntrico de monopólio do conhecimento e da autoridade.

Gãh Té conta que seu tataravô lutou ao lado do governo brasileiro na Guerra dos Farrapos, em troca de terras para seu povo. A partir de seus conhecimentos, foi montado no Morro Santana um ponto de observação para que as tropas farrapas tivessem vantagens táticas sobre seus inimigos, baseando-se nos conhecimentos indígenas sobre o território – assim como fez o colono Jerônimo de Ornellas, um século antes. A aliança entre indígenas e o governo brasileiro resultou na criação da TI de Nonoai, em 1850, mas, segundo a cacica, o acordo era uma porção de terra muito maior que iria até Passo Fundo (Maréchal *et al.*, 2022).

Além da importância histórica do Morro Santana, o território é comumente referenciado como uma área com grande potencial ecológico e arqueológico da cidade. Em parecer antropológico, foram ressaltadas evidências etno-históricas da presença de povos Macro Jê – Kaingang e Xokleng – no local. Essas evidências se materializam em relatos históricos, resquícios arqueológicos, pesquisas antropológicas, narrativas orais e de memória coletiva dos sujeitos envolvidos (Maréchal *et al.*, 2022).

A motivação para a ação retomada é a memória dos mais velhos, honrando sua presença no território ancestral: “a gente retomou porque nossos mais velhos tavam aqui, porque nossos umbigos tão enterrados aqui” (Gah Té, 2023, jogando pife, caderno de campo). O local onde os umbigos kaingang são enterrados é considerado sagrado, pois compõe uma relação de integração do corpo com o território: a pessoa passa a ter a missão de retornar ao local no futuro (Maréchal *et al.*, 2022). Os umbigos de dois dos filhos de Gah Té foram enterrados ali, próximos a uma *fàg* (araucária) plantada pela cacica há 25 anos. O umbigo de sua neta também foi enterrado no morro, com uma *fàg* (araucária) plantada por cima. Importante recuperar outra dinâmica do processo de territorialização na Gãh Ré: o reflorestamento do morro com espécies nativas, como as *fàg*, que compõem um importante marco da territorialidade kaingang. Angélica me falou que “onde tem araucária, tem Kaingang”.

A introdução de espécies exóticas, como o pinus e o eucalipto, dificultam o brotamento das espécies nativas – criando uma floresta de monocultura –, o que corrobora para a destruição das marcas territoriais kaingang, pois apaga a presença indígena no território (Maréchal *et al.*, 2022). Como uma prática de demarcação, Gah Té escolheu simbolicamente a *fàg* para o primeiro plantio no território retomado, durante o mutirão de construção da horta comunitária: “pra proteger essa terra, daqui 25 anos estará dando comida para nosso povo e pra sociedade” (Gah Té, 2022, após plantio e conversa com a *fàg*, caderno de campo).

A ideia de reflorestar o Morro Santana contrasta com os projetos históricos de exploração e de apagamento das marcas dos indígenas no território. Por ora, me deterei em historicizar, brevemente, alguns processos que ocorreram na face norte do Morro Santana, onde hoje está situada a Retomada Gãh Ré. Posteriormente, passarei para a face sul, onde está o Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Retomada Non Gá, de 2010, que durou quatro meses.

## **Mineração, especulação imobiliária e Retomada Non Gá**

Em termos geográficos, o Morro Santana compõe uma cadeia de morros graníticos da região, no limite entre os municípios de Porto Alegre e Viamão. Situado ao leste, é o ponto mais alto da cidade – 311 m de altitude –, com importantes nascentes do Arroio Dilúvio (os *goj ror* para os Kaingang). Como faz fronteira com o município de Viamão, capital da Província de São Pedro até 1773, foi considerado historicamente um local privilegiado durante o período de expansão colonial e de guerras imperiais – como vimos acerca do assentamento do colono Jerônimo de Ornellas e do momento da Guerra dos Farrapos, servindo como ponto estratégico.

Para além do mito fundador de Porto Alegre e das primeiras tentativas de expansão colonial sobre o território, o Morro Santana também guarda resquícios de um projeto extrativista durante a história da República, especificamente, no período ditatorial. As marcas da ação extrativista-mineral mantêm-se até hoje, como feridas abertas, uma história



que pulsa e pede para ser contada. Quando estou chegando na Retomada, na linha Rubem Berta/Jardim Ypu (4944), me aproximo do imponente morro, rasgado, sua cratera ficando cada vez maior, denunciando os crimes ambientais ocorridos no território. Quando estou a caminho do Campus do Vale, no ônibus Ipiranga/PUC/UFRGS (353), ainda é possível vê-la, mas, ao ingressar na Avenida Bento Gonçalves, do outro lado, a paisagem é dominada pelo verde que resta de suas matas.

Onde, hoje, está situada a Gãh Ré, mesma face do morro que outrora foi a fazenda de Jerônimo de Ornellas, Silva (2021) descreve que o processo de expansão urbana se deu, em um primeiro momento, com o surgimento de vilas/ocupações, sendo a construção de condomínios mais recente. O surgimento destas vilas está conectado a importantes resquícios históricos da urbanização de Porto Alegre: a instalação de pedreiras para extração de granito durante o período de milagre econômico (1969-1974) da Ditadura Militar (Silva, 2021). O rasgo no morro é conhecido como Pedreira do Asmuz, antigo dono da empresa mineradora.

**Figura 3.** Vista da pedreira de Asmuz chegando na Retomada



Fonte: Acervo pessoal (2023)

A história do empreendimento minerário-extrativista durante a Ditadura Militar está diretamente ligada aos processos de urbanização de Porto Alegre, quando empresas foram autorizadas a explorar o Morro Santana (Silva, 2023). A extração de granito alaranjado (granito Santana) tinha como objetivo a pavimentação dos bairros mais abastados da cidade (Silva, 2023). Além dos danos ambientais, o regime de trabalho imposto pelo projeto extrativista deixou marcas profundas, incluindo a criação de vilas operárias com habitações precárias ao redor das pedreiras.

Tardiamente, em 2017, a mineradora e José Asmuz (já falecido), junto do município de Porto Alegre, foram condenados a pagar uma indenização pelos danos materiais e ambientais, em Ação Civil Pública<sup>5</sup> ajuizada pelo Ministério Público, sendo obrigados a apresentar um projeto de recuperação integral da área (Teia dos Povos, 2022) – o que nunca foi feito. Muitos moradores da Zona Norte de Porto Alegre relatam que era comum ouvir as explosões da pedreira que, por vezes, acabava quebrando os vidros ou rachando as paredes de suas casas. Segundo a cacica, havia duas casas subterrâneas no Morro Santana, dos antepassados kaingang, que também foram destruídas pelo impacto da mineração.

A relativa proximidade ao centro de Porto Alegre (Gastal, 1995) e o “contínuo esgotamento dos espaços urbanos nas áreas mais centrais” (Gastal, 1995, p. 83), junto da multiplicação das vilas, são fatores considerados por Silva (2021) como condições para o avanço da fronteira imobiliária na região. Um dos tipos de empreendimentos imobiliários no Morro Santana está ligado à demanda habitacional das classes populares, principalmente a partir dos anos 2000, com a implementação dos financiamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), destinado a famílias com renda igual ou inferior a 10 salários mínimos (Silva, 2021).

Ao mesmo tempo, emerge um novo conjunto de empreendimentos imobiliários de alto padrão, voltados para as classes média/alta. Estas construções favorecem a abertura de estabelecimentos comerciais, típicos de projetos urbanísticos em favor do capital imobiliário. Primeiro, criam-se condomínios, depois shoppings e supermercados, para satisfazer as “necessidades” das pessoas que ali passaram a viver. Como bem aponta Silva (2023), tais empreendimentos mudam radicalmente a paisagem: árvores são cortadas, obras estruturais erguidas – como a duplicação de avenidas – e pessoas são removidas dos locais em que vivem, por estarem em desarmonia ao projeto do mercado financeiro-imobiliário.

Em 1981, a mineradora de Asmuz foi à falência e o imóvel onde hoje se encontra a Retomada Gãh Ré foi hipotecado ao banco dos *maioneses*. Quando o banco foi liquidado extrajudicialmente, após crimes contra o sistema financeiro nacional, o imóvel foi hipotecado à União, que jamais cumpriu a hipoteca, ou seja, o imóvel permaneceu em posse dos *maioneses*. Atualmente, seu destino também era a construção de um condomínio de luxo que, com a força do capital, conseguiu afrouxar a legislação ambiental da área, antiga APP, atualmente “área de ocupação intensiva” (Teia dos Povos, 2022).

A face sul do Morro Santana também compreende ações importantes da luta kaingang por seu território tradicional. É neste lado do morro que estão situados alguns *campi* da UFRGS, como o Agronomia e o Campus do Vale. Entre 1930 e 1940, a UFRGS deu início ao processo de construção da Cidade Universitária (UFRGS, 2023). A instalação da Universidade também corroborou para o crescimento imobiliário na região (Silva, 2023). O autor considera a UFRGS como um dos agentes que detém mais poder sobre o ambiente natural do Morro Santana, sendo, atualmente, proprietária de mais ou menos 60% de sua área total.

<sup>5</sup> Sentença 70009570490 2004/Cível.

Em 2010, quando da aprovação da construção do Parque Tecnológico<sup>6</sup> pelo Conselho Universitário (Consun) da UFRGS, cerca de 50 famílias kaingang assentaram-se no Morro Santana (na Figura 2 é possível ver a localização). À época, os indígenas, liderados pelas famílias que viviam no entorno do morro, – Silva, Nascimento/Padilha (família de Gah Té) e Fidelis – reivindicaram o Morro Santana como Terra Indígena tradicional (Saldanha, 2015). Aqui, aproveito para ressaltar as relações de parentesco e sua articulação com as ações de recuperação territorial, que serão abordadas mais à frente.

O movimento ficou conhecido como Non Gá (raízes da mata) e, atualmente, é chamado de Retomada Non Gá por meus interlocutores:

Um dos motes da entrada dos kaingang no Morro Santana, dessa vez com um acampamento montado para ser publicizável como bandeira de luta, foi a destruição de uma considerável parcela das matas nas barrancas do morro junto a um dos acessos do Campus do Vale pela Avenida Bento Gonçalves, ao outro lado de onde residiam os kaingang e de onde haviam alicerçado as bases de seu acampamento pró reivindicação política (Saldanha, 2015, p. 103).

Kapri, uma interlocutora, comentou sobre a mudança da nomenclatura dada à ação política, que passa de acampamento (*wãre*) para retomada: “a gente não chamava de retomada, era acampamento, retomada vem depois dos anos 2010” (Kapri, 2024, conversa na volta do fogo, caderno de campo). Para ela, a palavra acampamento remete a uma ação do MST, já a ideia de retomada inclui a ancestralidade indígena, além de incorporar a noção de “tomar de volta” o território em que os antepassados viviam.

De acordo com as lideranças da Non Gá, os *wãre* no Morro Santana configuram uma prática tradicional kaingang, como relembra Gah Té ao me mostrar fotos de seu avô fazendo churrasco no topo do morro. Nesse caso, também tinham o objetivo de marcar um posicionamento em defesa de seus direitos territoriais enquanto povo originário, exigindo do Estado e da Funai a criação do Grupo de Trabalho (GT) para a demarcação da Terra Indígena (Saldanha, 2015).

A UFRGS entrou na Justiça Federal com um pedido de reintegração de posse, que logo resultou em liminar solicitando que os indígenas deixassem a área. Os Kaingang protocolaram, junto ao Ministério Público Federal (MPF), um pedido de agravo de instrumento, tentando reverter a situação. Com cerca de quatro meses de retomada, o despejo foi cumprido após decisão judicial. Essa mesma decisão reconheceu a importância do território do Morro Santana para o grupo étnico, portanto, o acesso para coleta de cipós, taquaras e ervas da medicina tradicional foi garantido, como maneira de preservação do modo de vida e sustentabilidade daquelas famílias kaingang (Saldanha, 2015; Maréchal *et al.*, 2023).

<sup>6</sup> Projeto controverso, mas que não se concretizou no Morro Santana. O Parque Zenit, como é chamado, foi construído nas imediações do Campus Centro da UFRGS e inaugurado em 2012.

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

Com a articulação da Non Gá, o núcleo familiar Fidelis conquistou duas áreas, uma em Farroupilha e outra no Lami, pela compensação da duplicação da BR-386. Como expõem Maréchal *et al.* (2022), nota-se o retorno da presença kaingang na região metropolitana de Porto Alegre a partir dos anos 1980, com a criação de aldeias indígenas, frutos de negociações com o poder público. Entretanto, os núcleos familiares Silva, Nascimento e Padilha não foram compensados com nenhum território, permanecendo nas periferias do Morro Santana. Inclusive, a área onde residia a família de Gah Té, no Jardim do Verde, estava sob ameaça de despejo para a construção de mais um condomínio no local.

Como vimos, os Kaingang da Gãh Ré se referem ao acampamento de 2010 como Retomada Non Gá, o que me auxilia a pensar como esta alteração no léxico político também dialoga com uma mudança na conjuntura e na própria estratégia traçada pelos indígenas. Kapri, certa vez, chamou minha atenção quando me referi à noite de 18 de outubro de 2022 como o começo da retomada: “aqui não começou naquela noite, essa retomada começou há 30 anos. Aquele dia foi o resultado de muita articulação, que em 2010 a gente não conseguiu” (Kapri, 2024, conversa preparando o almoço, caderno de campo), referindo-se à Non Gá. Essa conversa é importante, pois destaca que as ações retomadas são situadas em um processo longo e histórico de resistência dos indígenas, que a partir da memória dos mais velhos, assim como em Alarcon (2019), cria condições de possibilidades para que os indígenas retomem o território esbulhado.

A ideia de “falta de articulação”, mencionada por Kapri sobre a retomada de 2010, elucida a estratégia utilizada pelos Kaingang em 2022: disputar um terreno que tivesse apelo na opinião pública. A área retomada pela Non Gá, em 2010, pertence à UFRGS (à União). Assim, o argumento da função social não colou, pois, aos olhos do judiciário, ela já estaria sendo cumprida pela própria Universidade. Nesse sentido, nada melhor do que uma chácara abandonada, sem função social há mais de 40 anos, hipotecada, que tem como pretensos donos uma família de banqueiros que o nome causa ressentimento em muitos gaúchos até hoje.

## **A ação retomada**

No dia 18 de outubro de 2022, uma terça-feira, por volta das 20h, um grupo de pessoas, liderado por Gah Té, desceu do QG improvisado no Morro Santana em direção à antiga chácara. Para garantir nossa segurança, alguns amigos visitaram o terreno no dia anterior e notaram a presença de um homem, que chegava e saía com sua Fiorino branca. Durante a ação, eu estava mais atrás. Quando nos aproximávamos do portão de entrada, avistamos a Fiorino chegando, e o grupo se dispersou. Gah Té permaneceu imóvel, calma, olhando para uma árvore – mais tarde, ela nos contou que estava conversando com os encantados, pedindo licença.

O homem da Fiorino desceu e abriu o cadeado que, juntamente com a cerca, marcava os limites da propriedade privada. Ele deixou o portão aberto, quase como se estivesse nos convidando a entrar. Um indígena acelerou sua

Doblô para dentro do terreno, seguido pelos parentes kaingang da aldeia Por Fi Ga, em São Leopoldo, e também pelos apoiadores *fóg*. Todos entramos, trancando o cadeado atrás de nós. Descobrimos que o motorista da Fiorino era o zelador do local. Inicialmente, afirmou não se importar com a presença dos indígenas. Contudo, mais tarde, ele retornou acompanhado pela polícia e mudou sua versão, alegando que havia sido forçado a abrir o cadeado.

Dois mulheres kaingang penduraram faixas na cerca da entrada, comunicando aos moradores do bairro Jardim Ypu que a retomada indígena tinha o propósito de “resistir para cuidar da mãe natureza”. O antigo *shape* de skate, que antes exibia a frase “entrada proibida”, foi rapidamente transformado em uma placa com os dizeres “terra indígena”. As irmãs da *kujà* tomaram à frente para garantir a nossa segurança. Elas seguravam galhos de ervas e varriam o chão. Gah Té me explicou que “a primeira varrida em nossas retomadas é sempre com erva”. Esse ato ritual é o *věng kupri ag prupru ěg, ã tũ ag* e funciona como uma limpeza do território.

Perto da entrada, os homens kaingang acenderam a primeira fogueira, o *gá kri pĩ* (fogo no chão), que até hoje marca o local onde, protegidos pelo fogo, nos revezamos para dormir na primeira noite de vigília. Enquanto isso, os outros indígenas e os apoiadores *fóg* cuidavam de divulgar a retomada nas redes sociais, pedindo apoio físico e financeiro. A ideia de uma grafia própria das retomadas (Alarcon, 2013) auxilia a pensar a questão do fogo. O clássico estudo de Lygia Sigaud (2000) reflete sobre uma forma específica de ação política: os acampamentos de trabalhadores sem terra na região da mata em Pernambuco. Por certo, existem muitas diferenças entre acampamentos e retomadas, desde as classificações jurídicas aos aspectos mais profundos da vida social, como já mencionado por Alarcon (2013). A forma acampamento, muito mais que a reunião de pessoas para a desapropriação de um engenho, também inclui técnicas ritualizadas, organização social específica, além de maneiras singulares de apropriação e utilização do espaço (Sigaud, 2000).

Alarcon (2013), inspirada em Sigaud (2000), propõe a *forma retomada*, prática política de recuperação territorial, que também tem a lona como símbolo central, mas é acrescida de grafismos indígenas e, no caso dos Kaingang da Gãh Ré, de taquaras (*věnh*). Lembro de achar a feitura do fogo muito rápida: foi como se, logo que os Kaingang entraram na antiga chácara dos *maioneses*, o *gá kri pĩ* tivesse que ser acendido, como uma etapa ritual do processo de territorialização. Vemos que para os Tupinambá do sul da Bahia “a retomada só começa quando acende o fogo” (Alarcon, 2013, p. 112), porque ele protege e guia. Se para os acampados, o primeiro roçado demarca o início de processo de territorialização (Sigaud, 2000), para os indígenas notamos a importância de acender a primeira fogueira.



**Figura 4.** Foto “oficial” da Retomada Gãh Ré

Fonte: Deriva Jornalismo (2022).

Em determinado momento, todos fomos chamados a nos reunir em volta do fogo. Ao som dos maracás, os indígenas começaram a cantar “*gãh fr kre ag vãh vãh*” (voltamos, filhos da terra). Segundo a mitologia de origem kaingang, os primeiros de seu povo vieram do solo, razão pela qual possuem a pele da cor da terra. A evocação desse mito, aqui compreendido como um dispositivo de produção de subjetividade, situado em relações históricas e específicas de poder (Quintero, 2015), pode estar relacionada à reapropriação dos indígenas de seu território ancestral – relação que é dinâmica e contraditória.

O zelador retornou, dizendo que o terreno pertencia aos *maioneses* e que eles haviam acordado que ele construiria uma casa ali, mas que o terreno havia sido vendido. Nesse momento, Gah Té respondeu afirmando que o local estava agora ocupado por povos originários, e que ele deveria voltar no dia seguinte para conversar com o Ministério Público Federal, a Funai e a Justiça Federal. O homem pareceu se irritar, dizendo: “isso aí é tudo uma cambada de vagabundo, sem vergonha!”. Cerca de 30 minutos depois, a polícia chegou. Três policiais, com lanternas apontadas para a Retomada, se aproximaram do portão. O diálogo seguiu assim:

Policial: Quem é o responsável? Quem é que tá aí?  
 Indígena: Aqui é Xokleng e Kaingang.  
 Policial: Mas tem alguém representando vocês aí, não?  
 Indígena: Tem os Xokleng e os Kaingang.  
 Policial: Quem é o pessoal da ONG que tá aí dentro?  
 Indígena: Não tem ONG!  
 Zelador: Tem sim.



Policial: Eu preciso só de um responsável que venha falar comigo aqui.

Indígena: Mas pode falar, nós tamo falando.

Policial: Não é pode falar. Ou a gente vai entrar aí, a gente prefere conversar com vocês. Vem um responsável aí falar com nós (Diálogo ocorrido durante a ação retomada, em 18 de outubro de 2022).

Gah Té, posicionando-se à frente, afirmou ser a responsável pela ação. No entanto, os policiais, incrédulos quanto à capacidade de liderança dos indígenas, insistiam em procurar “alguém que não seja índio”, perguntando repetidamente sobre “o pessoal da ONG”. Ao questionar o nome de Gah Té e não compreender sua resposta – seu nome em kaingang –, o policial perguntou se havia “alguém com RG aí?”, como se os indígenas não tivessem documentos, não pudessem viver na cidade, nem frequentar a universidade ou trabalhar. Um exemplo clássico sobre a falácia da “alta distintividade” como critério para classificação étnica, que persiste na construção de estereótipos racistas e dicotomias entre indígenas/floresta/natureza e não indígenas/cidade/urbano (Rosa; Reis, 2023).

A insistência na presença do “pessoal da ONG” revela uma visão que nega aos Kaingang a posição de sujeitos políticos, capazes de se organizar e assumir responsabilidades por suas próprias ações. Em determinado momento, o policial tentou mudar de abordagem, perguntando o motivo da ocupação. Gah Té respondeu com firmeza que ela é originária deste país, o que lhe dá o direito de entrar onde quiser, e afirmou: “tem todos esses meus netos e não tem onde morar”. Concluiu dizendo que a ação não era apenas por ela, mas por toda a sociedade, para garantir ar puro: “chega de condomínio, aí que não respira”.

A ideia de “pessoal da ONG”, ou de agentes externos à origem do conflito (Alarcon, 2019), remete ao imaginário de que tais reivindicações não teriam partido dos próprios indígenas. O policial seguiu na tentativa de falar com um “representante” não indígena. Nesse mesmo sentido, começou a circular em grupos de WhatsApp e no boca a boca do Jardim Ypu, que, na verdade, tratava-se de uma “invasão do MST”, os indígenas eram “massa na manobra” e, logo, estariam tentando “invadir apartamentos”.

Já cansados, percebemos que os policiais começaram a recuar. Vizinhos, curiosos, observavam tudo de suas janelas, e alguns até desceram para acompanhar de perto. Advogados do Comin (Conselho de Missão entre os Povos Indígenas) chegaram ao local, garantindo que os indígenas pudessem permanecer no território retomado naquela noite. Montamos nossas barracas, uma grande lona foi estendida para formar a cozinha, e o *gá kri pĩ* tornou-se um fogão, permitindo que tivéssemos nossa primeira refeição na Retomada.

Após a visita policial, os *maioneses* moveram um processo de reintegração de posse no Foro Regional Alto Petrópolis. Por meio de um agravo de instrumento, os advogados do Comin reverteram a decisão, com o Foro sendo declarado “incompetente” para julgar a questão, pois, como sabemos, assuntos relacionados a povos e comunidades tradicionais são de competência da Justiça Federal – como solicitado por Gah Té no início da

conversa com o zelador. Essa situação etnográfica permite refletir como as identidades étnicas são moduladas na relação entre o território, a organização social e o acesso específico a direitos sociais (Barth, 2011; Oliveira, 1998).

Para Barth (2011), os grupos étnicos são produzidos a partir de processos sociais que organizam a diferença. Para Oliveira (1999), a categoria indígena se vincula a uma especificidade de direitos e da relação desses indivíduos e grupos com o Estado – mas também com outras comunidades políticas –, garantindo um *status* jurídico diferenciado. Portanto, quando os indígenas falam aos policiais “aqui é Xokleng e Kaingang”, podemos pensar num ato explícito de mobilização da etnicidade para garantir o exercício pleno de sua cidadania enquanto minoria étnica.

Na manhã seguinte, despertamos encantados com os primeiros raios de sol iluminando o território. As mulheres kaingang prepararam mate e café preto, acompanhados de *emí* (pão na cinza). Alguns homens já estavam reforçando a estrutura do barracão. Eu precisava voltar para casa para trabalhar, e um amigo me ofereceu carona. Conversamos durante todo o trajeto, tentando encontrar palavras para descrever a noite anterior. Naquele dia, não retornei à Retomada, aprendendo uma das primeiras lições com os Kaingang: é preciso estar forte para continuar a luta, revezando entre noites de vigília e noites de descanso em casa.

Na quinta-feira, 20 de outubro de 2022, voltei à Retomada com um amigo. Levamos ferramentas como pá, serrote e enxada. Ao chegar, parecia que mais de um dia havia passado: banheiros secos foram construídos, a cozinha coletiva, onde fica o *gá kri pĩ*, estava mais protegida por lonas reforçadas, prateleiras e mesas de madeira haviam sido montadas para organizar os alimentos. Cada vez mais parentes kaingang chegavam, assim como diversos militantes não indígenas.

## **História, política e cosmologia na Gãh Ré**

Ao situar as retomadas como práticas que vão além da recuperação territorial propriamente dita, Alarcon (2013) inscreve a ação indígena a partir de motivações históricas, políticas e cosmológicas. Acredito que tal separação seja feita para fins analíticos, pois na vida social vemos como esses fatores operam como uma encruzilhada. Pensando na história das retomadas, principalmente nas retomadas empreendidas pelos Kaingang, percebo que as formas dos indígenas se relacionarem, com o território, com a história, entre si e com os outros, são reconfiguradas no âmbito do processo de territorialização. É dizer que há uma torção entre a expectativa da historiografia oficial, que visava “deixar o indígena no passado”, a partir da reapropriação da história como forma de dar sentido às retomadas, pois a reformulação em termos culturais da relação dos indígenas com o passado, ou com a história, é uma das dinâmicas presentes no que Oliveira (1999) conceitua como processos de territorialização.

Em uma palestra com o antropólogo João Pacheco de Oliveira, Gah Té afirmou: “a gente caminha com a nossa história” (Gah Té, 2023, UFRGS,

caderno de campo). Essa frase me fez pensar como ela toma a história para si, para seu povo. Uma história que caminha com os Kaingang, no corpo e no território. Já foi dito o quanto os indígenas mobilizam os fatos históricos em sua relação com o território, a partir da Guerra dos Farrapos, da memória dos antigos (*kofâ*) que estavam ali, ou também quando Kapri me corrigiu dizendo que a retomada havia começado há mais de 30 anos. Há um entrelaçamento dos eventos históricos e da memória coletiva kaingang e suas lutas por território.

No final da década de 1970, os Kaingang iniciam uma luta pela recuperação de seu território expropriado em toda região Sul do país (Maréchal, 2017). Ao falar em retomada de terras, pode-se pensar que tais ações sempre existiram, pois, se houve invasão e esbulho, o território recuperado é, *grosso modo*, uma retomada. Entretanto, como colocado por Kapri, essa nomenclatura específica passa a ser utilizada pelos indígenas kaingang a partir dos anos 2010.

Politicamente, a apropriação feita pelos indígenas dos instrumentos jurídicos – como fez Gah Té em conversa com o zelador e com os policiais – auxilia na mediação de suas demandas territoriais frente aos diversos agentes. Como propõe Wapichana (2020), a confluência do fator étnico com aspectos políticos e econômicos é fundamental na atuação das comunidades indígenas, pois transforma suas identidades étnicas em ferramentas de luta. Essas identidades, quando mobilizadas no bojo dos conflitos territoriais, reafirmam o estabelecimento de uma unidade na ação política, e são decisivas nos embates com as instituições estatais.

Destaco novamente o diálogo com os policiais e a afirmação dos indígenas de que “aqui é Xokleng e Kaingang” enquanto um mecanismo que mobiliza a identidade do grupo étnico, ao passo que circunscreve a ação a partir de categorias específicas de diálogo do grupo com a institucionalidade. O mesmo pode ser pensado sobre a estratégia dos *maioneses* ao entrar com o processo de reintegração de posse no Foro Regional, que não tem a competência para lidar com assuntos relacionados às minorias étnicas, uma tentativa de falsificação dessas identidades. No pedido de reintegração de posse, pode-se ler: “o grupo de invasores *trajava* roupas indígenas” (grifo da autora). Uma estratégia comum para desvalidar identidades étnicas que não estejam em conformidade com os estereótipos da “alta distintividade”.

Portanto, as diferenças étnicas/culturais atuam como vetores de organização, apropriando-se estrategicamente das identidades, “transformando-as também em ferramentas políticas em contextos de mobilização social” (Wapichana, 2020, 392). Para Alarcon (2019), as retomadas se conectam na “projeção de um futuro comum”, que para os Kaingang da Gãh Ré é um futuro de proteção do meio ambiente, de afirmação de seus modos de vida e de uma política de aldeamento para os mais jovens:

Por que eu entrei? Eu tenho esses meus netos e não tem onde morar. *Non Gãh* é meu território. Eu posso estar em qualquer lugar. Somos originários desse país, nós temos esse direito. Por isso eu vim ficar aqui. Porque eu quero

preservar essas árvores lindas, tudo em roda do mundo. Não é só pra mim, é pra toda sociedade respirar o ar puro quando é amanhã. Chega de condomínio, aí que não respira (Gah Te, 2022, em diálogo com os policiais).

Para os Kaingang, a ideia de território (*ga/gãh*) é como um tecido de relações (Maréchal, 2017), ou seja, circunscreve a política na dimensão territorial, relacional e cotidiana. Duas cenas etnográficas podem auxiliar nesse entendimento. A primeira diz respeito à greve de fome de Gah Té no final de 2022, colocando seu corpo como o primeiro território de luta. A cacica queria demonstrar seu descontentamento com o judiciário, que havia decidido pela reintegração de posse com despejo imediato. Em coletiva de imprensa<sup>7</sup> convocada para fazer o anúncio, Gah Té fala: “portanto, eu tô em jejum até a decisão da justiça, se meus netos vão ter direito de ficar aqui ou não”.

A intenção de Gah Té com a greve de fome era sensibilizar a sociedade *fóg*, em plena *comilança* durante as festas de final de ano, e ter mais adesão da mídia sobre o que estava acontecendo no Morro Santana. O natal estava chegando e, a partir de taquaras e cipós, os Kaingang confeccionaram um pinheiro gigante – que permanece localizado ao lado da Horta *ga ag krê* (filhos da terra). Foi a primeira vez que a Retomada furou a bolha dos veículos nichados à esquerda, aparecendo em portais como o G1-RS<sup>8</sup> e em uma matéria no telejornal do SBT. Na tarde do dia 26 de dezembro, após pedido de reconsideração protocolado pelo MPF, um juiz plantonista revogou a decisão de despejo imediato. Naquela noite, após seis dias de jejum, Gah Té comeu uma sopa de farinha de milho oferecida pelo seu neto.

A outra situação etnográfica diz respeito a um *fazer político* para “fora” do território, a partir de três estratégias distintas dos Kaingang para protestar contra a votação do Projeto de Lei 490 (PL 490) na Câmara dos Deputados e no julgamento do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em maio de 2023, foi chamado um ato pelos Kaingang da Gãh Ré nas principais avenidas do Morro Santana: uma estratégia política a partir da sociabilidade com a vizinhança. Pelas 15h nos encontramos na retomada e começamos a confecção de cartazes e faixas. As crianças pintaram suas mãos com tinta vermelha e marcaram faixas com os dizeres “Não ao Marco Temporal”, “Demarcação já” e “Brasil Terra Indígena”. Uma antiga antena parabólica também foi utilizada como “escudo”, onde se lia: “Kaingang, PL 490 não”.

Como um número razoável de apoiadores *fóg*, cerca de 18h, começamos a marchar pelo Jardim Ypu. A ideia era trancar a esquina das Avenidas Antônio de Carvalho e Protásio Alves, local de muito tráfego de carros, principalmente nesse horário. Os indígenas cantavam “*gãh fĩ kre ag vãnh vãnh*” (voltamos filhos da terra), junto de palavras de ordem em português, como “sangue indígena: nenhuma gota a mais!”. Em certo

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IMGDNTQRq\\_U](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IMGDNTQRq_U). Acesso em: 10 out. 2024.

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/12/21/justica-determina-reintegracao-de-terreno-ocupado-por-indigenas-no-rs.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

momento, a polícia chegou para “auxiliar” no fechamento das avenidas, o que não durou muito tempo, com negociações sendo feitas. Meu ponto é que: por quase 3 horas, Porto Alegre teve uma de suas principais avenidas tomada por indígenas marchando com seus apoiadores, demonstrando o potencial político em realizar atos nos bairros, para além da zona central.

Em junho de 2023, uma semana depois, estava prevista a retomada da votação do Marco Temporal no STF. Dessa vez, a estratégia era “se fortalecer com os parentes” e somar-se ao ato que estava sendo construído na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre. Nessas manifestações, geralmente estão presentes indígenas e lideranças de vários territórios do estado do Rio Grande do Sul. Gah Té foi convidada ao microfone, quando manifestou solidariedade aos seus parentes que também vivem “embaixo de lona”. Como *kujã*, fez um ritual com ervas do mato colhidas no Morro Santana. No final, nos dirigimos ao antigo “abrigo dos bondes” na Praça XV, para tomar um suco nas lancherias conhecidas como “morte lenta”<sup>9</sup>.

**Figura 5.** Ato contra o Marco Temporal



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Por fim, o último ato foi em agosto de 2023, quando o STF voltou a julgar a tese colonialista do Marco Temporal. Havia sido marcado no centro, como o anterior, mas os Kaingang optaram por ouvir o julgamento na Retomada, convocando alguns apoiadores *fóg*. Apesar do julgamento, o clima estava bom: o aniversário de um ano da Retomada se aproximava, assim como a chegada das madeiras para a construção das casas.

<sup>9</sup> O apelido “morte lenta” provavelmente está ligado à procedência incerta dos ingredientes utilizados e ao suposto risco de infecções alimentares atribuídas a quem fez refeições nos locais. Convém destacar que, apesar da fama, são estabelecimentos muito movimentados, igualmente famosos pelos lanches baratos e saborosos, sendo frequentados pelas classes populares.

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

Contávamos histórias sobre os primeiros momentos no território e dávamos risadas. Os indígenas estavam contentes com a chegada das madeiras – marcada para setembro, mas prometidas pela Funai desde o começo da ação. Cada uma dessas convocações foi pensada a partir de estratégias distintas de mobilização da sociabilidade: a primeira, na relação dos indígenas com seus vizinhos do Jardim Ypu, a segunda com seus parentes Kaingang, Guarani Mbya, Charrua e Xokleng, e a terceira com a rede de apoio de militantes e apoiadores não indígenas.

Considero cosmologia como algo do presente, sem remeter a tempos imemoráveis ou a sujeitos genéricos. É dizer que, desde a invasão, os conflitos para reorganizar a subjetividade, a experiência e as formas de produção de conhecimento se mantêm em aberto, atuando de maneira descontínua em cada instituição da existência social (Quijano, 1999). Partilho da posição de que não existe uma cosmologia kaingang una e pura, pois tais subjetividades entram em choque com os projetos desenvolvimentistas *fóg* e também com as negociações e os conflitos internos à própria coletividade indígena, que é múltipla. Esse “choque” não remete necessariamente a uma posição subalterna dos Kaingang, pois, assim como qualquer outra sociedade, eles absorvem aquilo que lhes é interessante a partir dessa relação (Maréchal, 2017). Não é dizer que a “cosmologia” é reconfigurada para os contextos atuais, mas sim pensá-la a partir das próprias negociações internas do grupo, que escolhem os elementos e processos de subjetivação que serão mobilizados.

Acredito que o exemplo mais interessante dessa negociação está na releitura feita por Gah Té e sua família sobre o mito de Rã (sol) e Kysã (lua). Os Kaingang possuem um sistema de metades complementares, alguns são Kamé, filhos do sol e de marca comprida, outros são Kanherú, filhos da lua e de marca redonda. O sistema dualista está presente em todo universo social e relacional kaingang, não sendo uma característica apenas dos humanos. No livro de Maréchal (2017), o professor Dorvalino conta sobre o mito dos dois irmãos sóis. O equilíbrio do sistema dualista é necessário para a reprodução da vida kaingang, e, como os dois irmãos eram astros solares, os indígenas estavam falecendo, não podiam mais dormir, pois não existia noite. Os rios estavam secando, os animais morrendo, os sóis reinavam o tempo todo. Então, Rã dá uma paulada no olho de Kysã, que perde seu brilho e robustez, e se torna a lua. Assim, o equilíbrio é estabelecido novamente.

A partir da briga dos irmãos, que desemboca no nascimento da lua, os seres Kamé seriam mais fortes que os seres Kanherú, e a lua um “sol enfraquecido”. A lua e os seus filhos, os seres Kanherú, estariam vinculados ao espectro do feminino, sendo este inferior ao masculino. Por sua vez, Gah Té conta que para ela e seus avós, Rã e Kysã não são irmãos, mas sim um casal: quando a lua está cheia, é porque ela está grávida do sol, e seus filhos são as estrelas. Assim, enquanto a primeira versão mitológica reafirma a disparidade entre Kamés e Kanherús, a versão de Gah Té reestabelece a simetria entre as duas metades. Gah Té é uma mulher Kanherú e, a partir da versão contada por sua família, ela devolve, por meio da mitologia, o protagonismo devido às mulheres kaingang, enquanto sujeitos históricos capazes de recriar seu lugar no mundo e na luta (Maréchal, 2017). A ideia de



uma etnografia do particular (Abu-Lughod, 2018) me parece operante aqui, pois seu foco está em mostrar situações que revelam a diversidade e a complexidade interna dos grupos sociais, através das experiências específicas e das histórias pessoais, como demonstra Gãh Ré.

Como manifestado, a Gãh Ré contou com uma ampla rede de apoio, de parentes a aliados *fóg*, militantes de movimentos sociais e vizinhos solidários à causa dos Kaingang. Pensaremos um pouco sobre essas relações a seguir.

## O parentesco mobilizado na Gãh Ré

Para Almeida (2008), as terras de preto, de índio e de santo são tradicionais, pois mobilizam a sociabilidade. Essa sociabilidade está para além das relações humano-humano, haja vista que os processos de territorialização fazem operar diversas maneiras de apropriação do território em conjunto com os seres que ali habitam. Convém mencionar a relação dos Kaingang com os locais sagrados no Morro Santana, como o *pó mág* (o pé da pedreira); *pó inh* (casa de pedras); *ré tej krĩ* (o topo do morro); *rĩ ró kupri* (as pedras onde se escutam os *jãgrê*) e *goj ror* (as nascentes) (Maréchal *et al.*, 2022).

Percebo como a importância da solidariedade é afirmada a partir dos laços de parentesco e da memória dos mais velhos, conectando-se diretamente às lutas por terra. E, como já sabemos, são as memórias dos antigos – nesse contexto etnográfico, *kofá* – que criam as condições de possibilidade para as ações retomadas, o que já foi apontado por Alarcon (2019), Wapichana (2020), Maréchal (2021) e Domingos (2022).

O parentesco é uma estrutura de relações sociais que coloca em contato, subjetiva e concretamente, determinados laços, configurando uma comunidade a partir de vínculos superiores, sendo que esses vínculos são diferentes em cada coletividade. Importante mencionar que existe uma grande discussão antropológica sobre as formas de *passar* o parentesco, – descendência, filiação, aliança –, que não pretendo adentrar. O que me interessa é pensar como o parentesco é colocado em *operação* pelos Kaingang da Gãh Ré. Nesse sentido, existe uma “forma kaingang” de entender e mobilizar o parentesco, através do sistema dualista de metades cosmológicas. Esse sistema é, ao mesmo tempo, vinculado à tradição kaingang e também um produto das relações históricas e das dinâmicas interétnicas nas quais os indígenas estão inseridos.

Na busca pelo equilíbrio, as metades – opostas e complementares – forjam as relações ideias entre pessoas de marcas distintas, relação que recebe o nome de *jamré*. A relação entre pessoas da mesma marca é chamada de *régre* (Maréchal, 2017). A mobilização do parentesco kaingang é expressa no casamento, nas atividades econômicas, políticas e sociais (Maréchal *et al.*, 2022). Acontece que, no seio do processo de territorialização, a articulação do parentesco se associa à organização sociopolítica da comunidade, em diálogo com a tradição.

Por exemplo, os Kaingang da Gãh Ré optaram por “seguir os conselhos dos antepassados” sobre o equilíbrio e a complementaridade. A cacica, Gah Té, é da metade Kanherú, o vice-cacique, Karindé, é da metade Kamé. Um conselho também foi criado, tendo em vista que: “os Conselhos são instâncias políticas tradicionais kaingang que buscam equilibrar o poder, pois o Conselho tem a responsabilidade de prezar pelo bem conviver dentro da comunidade e de aconselhar os jovens para seguirem o 'caminho certo' ou *kanhgág jŷkre*” (Maréchal *et al.*, 2022, p. 30).

Portanto, a identidade étnica é ativada na relação entre o processo de territorialização e a organização social e, nesse caso, o parentesco opera como um vetor na construção de um tipo organizacional, como propõe Barth (2011). Ainda em diálogo com a tradição – que é viva e tem nos processos de territorialização um terreno fértil para ser pensada – o fato da cacica ser *kujà*, uma liderança espiritual, também atua no sentido de recuperar uma forma de organização política tradicional, pois era como seus antepassados faziam. Os Kaingang contam que os *kujà*, em tempos antigos, ocupavam os cargos de liderança por suas capacidades de atravessar mundos: o mundo dos sonhos e o *nŷgme*, a aldeia dos mortos onde residem os antepassados, mas também pela visão que estas pessoas têm, sendo guiadas pelos seus *jāgré* (Maréchal, 2017; Maréchal *et al.*, 2022). Evidencio, novamente, a relação profunda entre a memória ancestral e os processos de territorialização.

Há um outro aspecto que necessita ser mencionado: o fato de Gah Té ser uma liderança feminina. Em diversos momentos, ela destaca sua posição enquanto “mãe e avó”, que quer que seus netos e netas cresçam onde antigamente seus antepassados fizeram morada. Sua trajetória como *kujà* também merece destaque, com trabalhos de cura e *andanças* (Domingos, 2022), por toda a região Sul – e por todo Brasil – em acampamentos e retomadas. Quando converso com Gah Té, é comum ouvir que antes de retomar o Morro Santana, ela precisava fortalecer as outras retomadas, as lutas de seus parentes. Por certo, a articulação dessas dinâmicas para ação política não é uma exclusividade da Gãh Ré, mas sua importância é evidente ao pensar no trânsito de parentes entre retomadas, além das falas dos Kaingang, que entendem essas ações como uma “abertura de caminho” para as gerações mais novas.

Um exemplo dessa “ativação” do parentesco para a luta é a relação de Gah Té com a retomada e a conquista da Casa do Estudante Indígena (CEI-UFRGS), em março de 2022. Quando foi retomar o Morro Santana, Gah Té pediu para seus parentes universitários que apoiassem o movimento. A mesma relação de apoio mútuo pode ser pensada com a Retomada Kógũnh Mág, de Canela. Nos anos 1980, quando chegou em Porto Alegre, após expulsão das famílias da TI Nonoai, Gah Té se inspirou na atuação política de seu *jamré*<sup>10</sup>, Zílio Jagtŷg Salvador, que era casado com sua irmã mais velha. Foi Zílio quem iniciou os acampamentos kaingang no que hoje é a Vila Safira. Também foi Zílio quem ensinou aos irmãos Fidelis a importância do Morro Santana para os Kaingang (Maréchal *et al.*, 2022). O cacique da Kógũnh Mág

<sup>10</sup> Cunhado, em relação a uma pessoa de outra metade cosmológica. A relação entre duas pessoas pertencentes à mesma metade é chamada de *régre*.

é filho de Zílio. Há um grande intercâmbio entre as retomadas Non Gá (de 2010), a Kógũnh Mág (em canela), a CEI e a Gãh Ré.

Além dos parentes kaingang, percebo a prática do “aparentamento” na Gãh Ré. Essa articulação pode estar relacionada à ideia de uma cosmologia “aberta” ao diferente, abordada no trabalho de Maréchal (2017). Há uma ampliação da própria categoria parente que se estende aos aliados *fóg*, que por afinidade ou aliança, são aparentados pelos Kaingang: “quando me perguntam como eu consigo manter essa horta linda, eu digo da ajuda dos meus *parentes fóg* que vem aqui me ajudar” (Gah Te, 2024, conversa enquanto arrumava cesto de taquara [*vẽnh*], caderno de campo).

Os indígenas Warao também são chamados de “parentes venezuelanos” e Gah Té diversas vezes me pergunta sobre eles. O termo também é utilizado para se referir às populações quilombolas que, em um contexto de luta por território, tecem relações de amizade e apoio mútuo. É comum chegar na Retomada e descobrir que Gah Té está em Nonoai, em Canela ou em Triunfo, no Kilombo Morada da Paz. Daí a associação entre as *andanças*, como chama Domingos (2022), e as redes de parentela.

Certo dia, em janeiro de 2024, após um temporal que atingiu Porto Alegre, fui até a Retomada para conversar com Gah Té. Quando cheguei, um de seus filhos me contou que a mãe havia viajado para Nonoai, na ocasião do falecimento do ancião e *kujà* Jorge Kagnã Garcia, importante liderança espiritual para os Kaingang. Junto de mim, havia também um grupo kaingang do Horto Florestal<sup>11</sup> que passava por Porto Alegre e queria visitar seus parentes. Esse coletivo kaingang também sofre com a insegurança jurídica em seu território – usando um eufemismo – e aproveitando a viagem a Porto Alegre, queriam se fortalecer junto dos parentes da Gãh Ré. Destaco também o apoio dos parentes da Por Fi Ga, que, no dia da ação retomada, fretaram uma Kombi de São Leopoldo para Porto Alegre. Um ato de solidariedade que se mostrou crucial para aumentar o contingente de pessoas, garantindo maior segurança física e emocional durante a ação direta.

## Sociabilidades para além do parentesco

Os Kaingang também contaram com diversos apoiadores *fóg* (não indígenas) durante a entrada no território e os primeiros meses de vigília. Muitos destes estão desenvolvendo pesquisas junto à Gãh Ré, além dos vínculos de amizade e de uma agenda compartilhada de luta por território. A sociabilidade, além de configurar um eixo central nos territórios tradicionais (Almeida, 2008), também implica em formas conflitivas de estar e de pensar o território. Pela ideia de conflito compreendo os diálogos e as disputas

<sup>11</sup> Essa comunidade também luta pelo seu direito à terra. A situação do Horto Florestal da Barragem Maia Filho sofre reintegração de posse da CEEE Equatorial, após o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, “rifar” os terrenos das usinas de geração de energia da CEEE-G junto das terras ancestrais kaingang e guarani. Além do Horto Florestal, também foram vendidas as aldeias da Fazenda Carola, em Charqueadas; Barragem Dona Francisca, em Estrela Velha; o Aeroporto, em Salto do Jacuí; Mato Castelhana e Barragem dos Bugres, em Canela.

FERNANDES, Eduarda Heineck. “A gente caminha com a nossa história”: Retomada Kaingang Gãh Ré no Morro Santana, Porto Alegre. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 70-100, set./dez. 2024.

inerentes à interculturalidade dos agentes sociais envolvidos, presentes nas relações interétnicas.

Existe todo um universo de relações que foram tecidas no bojo desse processo, como a relação com os *maioneses*, o zelador, os vizinhos do bairro, a Universidade, as ONGs, as instituições estatais (polícia, Funai, Judiciário, Posto de Saúde, Rede de Assistência, CEPI etc.), entre tantos outros atores. Algumas relações configuram alianças, outras antagonismos. Essas posições não são imutáveis: alguns vizinhos que se colocavam contrários à presença dos indígenas, mas, quando conhecem a Retomada, tornaram-se aliados. Alguns aliados, no seio de conflitos e tensões, podem tornar-se opositores ou indiferentes. As instituições de Estado são situadas nessa perspectiva: ao passo que são utilizadas pelos indígenas na garantia de direitos, também são entendidas como mecanismos de opressão estatal.

Os múltiplos papéis que operam num mesmo indivíduo ou coletivo fazem com que as categorias não sejam pensadas de maneira engessada, mas sim a partir de situações etnográficas específicas, conjunturais, e não essencialmente fixadas. Certo dia, Gah Té nos apresentou uma metáfora sobre o bambuzal, que reflete a plasticidade e a mutabilidade das relações: ao redor do *gá kri pĩ*, a cacica explicou que éramos como os bambus daquele terreno: isolados, somos frágeis, mas, juntos, ganhamos uma força que nenhum vento pode quebrar. O bambu, por sua flexibilidade – diferente de materiais considerados mais fortes, como o ferro –, consegue se levantar novamente após um vendaval. Unidos, resistimos sem nos partir e, passada a tempestade, nos reerguemos, voltando à nossa forma original. Já o metal, quando golpeado, demanda muito esforço para ser restaurado.

As disputas refletem a “colisão” de diferentes lógicas e dinâmicas de envolvimento. Durante o período eleitoral, por exemplo, muitos apoiadores, tanto *fóg* quanto Kaingang, deixaram o acampamento para votar, o que esvaziou temporariamente o local. Havia um receio generalizado de possíveis ataques de grupos de extrema direita, independentemente do resultado eleitoral – aflição inflada pelo cenário de polarização política. Alguns Kaingang e militantes, sobretudo anarquistas e comunistas, permaneceram na Retomada, ganhando certo capital simbólico e fortalecendo alianças. Mesmo entre alguns poucos militantes anarquistas, houve discussões sobre a questão, enquanto para militantes partidários, o voto era visto como crucial para combater as políticas anti-indígenas de Bolsonaro.

Embora avanços como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação de Joenia Wapichana na Funai representem um compromisso do atual governo, a questão da demarcação da Terra Indígena do Morro Santana permanece caminhando lentamente, assim como em outros territórios. Após as eleições, parlamentares de partidos de esquerda passaram a integrar a rede de sociabilidade da Retomada. Essa situação revela a complexidade das alianças e lutas, que variam conforme o contexto histórico-social de cada retomada, como destacam Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021) ao analisarem as lutas por terra no Brasil.

Uma situação conflitante se deu com vizinhos cujos apartamentos estavam próximos à Retomada, especialmente após a instalação de um *gá kri pĩ* no ponto de vigília perto da entrada. Ali, nos revezamos nas madrugadas,

indígenas e apoiadores, com conversas, piadas, especulações sobre o futuro, muito café e mate. Em determinado momento, Gah Té sugeriu acender um *gá kri pĩ* para aquecer e iluminar o local. Não levou muito tempo até que alguns vizinhos entrassem em contato com a polícia, alegando que a fumaça poderia causar problemas respiratórios em suas crianças. Essa situação renderia uma boa discussão ontoepistemológica sobre o “povo das caixinhas” e a superproteção dos corpos dos brancos, que não se permitem entrar em contato com a fumaça, com a mata, com o chão e, assim, acabam por enfraquecer (Maréchal, 2017). Opto, entretanto, por focar nas negociações construídas a partir do conflito: para evitar mais atritos, os indígenas optaram por restringir o uso do fogo de chão ao Centro Cultural, mais distante da entrada.

Os desafios do dia a dia entre os apoiadores *fóg* e os Kaingang evidenciam as dinâmicas das relações sociais e dos processos de territorialização. Eu, assim como outros *fóg* universitários ligados a movimentos sociais, temos o costume de tomar decisões em assembleias. Certa vez, ao convocamos uma assembleia, percebemos um “boicote” dos Kaingang: os homens trabalhavam na infraestrutura e roçavam a horta, enquanto as mulheres preparavam o almoço. Uma amiga me olhou e disse: “acho que os Kaingang não tão muito a fim de assembleiar, né?”. Entendemos a mensagem e deixamos a assembleia de lado, reafirmando nosso papel em segundo plano. Esses conflitos revelam a complexidade das relações interétnicas, onde até as melhores intenções podem gerar posições antagônicas. Mesmo sabendo que a territorialização é construída a partir de práticas distintas, principalmente aquelas mais rotineiras – como roçar a horta e cozinhar –, essa situação me auxiliou no engajamento de um exercício ético constante, ou “aprendendo a conter a ansiedade *fóg*”, um tema discutido em assembleias anteriores puxadas pelos indígenas.

Mesmo que alguns vizinhos achassem que os Kaingang iriam “retomar seus apartamentos”, muitos outros se mostraram solidários à causa, apoio materializado em grupo de WhatsApp chamado “Amigos da Retomada”, uma importante rede para a arrecadação de doações, participação em atividades e divulgação da luta nas redes sociais. Vemos, então, que esses encontros interétnicos sempre forjam novas camadas de significação, ora de aliança ora de conflito (Maréchal, 2017).

Os eventos na Retomada, como as ecotrilhas e as comemorações de datas festivas, são momentos de comunhão que fortalecem os laços entre os Kaingang, a vizinhança e as pessoas interessadas na luta indígena, além de funcionarem como espaço de exposição e venda de artesanato. Em junho de 2023, os Kaingang organizaram uma festa junina, que, segundo Gah Té, se tornará uma tradição anual – que já foi repetida em 2024. A festa reuniu mais de 80 pessoas, entre parentes, apoiadores e vizinhos, e atraiu as crianças do Jardim Ypu, que, ao verem a movimentação, pediram para participar. Ao anoitecer, a fogueira foi acesa e Gah Té convidou todos a se aproximarem, dizendo que o fogo nos fortaleceria e ajudaria a liberar nossas preocupações. Ela se aproximou de mim e comentou que desejava que pudessemos ver os encantados, como ela estava vendo.

**Figura 6.** Festa Junina e fogueira na Retomada Gãh Ré

Fonte: Acervo pessoal (2023)

No dia 17 de outubro de 2023, celebramos o primeiro aniversário da Retomada, com um churrasco marcado por alegria e nostalgia. Conversando com dois indígenas, um deles também antropólogo, falamos sobre a diferença na percepção do tempo: para eles, o ano havia passado devagar, enquanto para nós, visitantes ocasionais, parecia rápido. Gah Té, que estava em aula, chegou mais tarde, e a festa seguiu com carne e legumes no fogo, e um bolo com a inscrição “1 ano Retomada Gãh Ré”. Além de celebrar a luta Kaingang, a data também simbolizava uma aliança mais ampla, com Gah Té prestes a embarcar para a Europa para falar em evento sobre mudanças climáticas. Ao completar meia-noite, ela cantou parabéns em Kaingang e como de praxe, seguiu falando em sua língua materna e depois em português.

Para finalizar as discussões sobre sociabilidade, é preciso comentar a relação com os *maioneses*, que se dá somente por mediadores: zelador, policiais, advogados, um imponente prédio no Centro Histórico que carrega o nome da família, e demais instrumentos de Estado à defesa da propriedade privada. Em uma audiência de conciliação, em maio de 2023, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), os Kaingang compareceram acompanhados dos advogados do Comin e de apoiadores. Nossa entrada foi vetada, apenas Gah Té, Kapri e parte dos advogados do Comin participaram da audiência. Os *maioneses*, como esperado, não compareceram, enviando três advogados para representar seus interesses. O processo jurídico ainda está em andamento, com a convocação da Funai para participar dos autos e fornecer informações sobre a presença Kaingang no Morro Santana.

Embora a presença significativa dos apoiadores e as alianças formadas sejam importantes para a ação política da Retomada, a autonomia do movimento e a centralidade da agência indígena são essenciais. A força da



Retomada reside em sua continuidade, mesmo diante de alianças e antagonismos. Os indígenas se relacionam com essas dinâmicas a partir de seus próprios interesses, que não seguem um cálculo político utilitário, mas fazem parte do processo de territorialização e da atribuição de significado aos elementos da conjuntura. As sociabilidades, portanto, são vistas como contingentes, moldadas por atores e contextos específicos. A potência política da Retomada Gãh Ré se baseia na capacidade de articular diversas dinâmicas, muitas vezes conflitantes, sem perder de vista seu objetivo principal: a luta pela retomada do modo de vida dos *kofá* e pela preservação do Morro Santana.

## Considerações finais

Tentei evidenciar que tanto as comunidades tradicionais quanto os processos de territorialização devem ser compreendidos como fenômenos dinâmicos e atuais (Almeida, 2008), e não como purismos ambientais, restritos aos limites naturais do território, ou os sujeitos indígenas como seres imutáveis e a-históricos. Assim, ao pensar a relação entre a territorialização kaingang, a partir da retomada de seu território ancestral no Morro Santana, com as dinâmicas de sociabilidade forjadas no âmbito dessa ação, fica explícito o entrelaçamento da apropriação do território (físico, social, cultural) com as redes de solidariedade e apoio mútuo, principalmente aquelas vindas dos parentes.

Para os Kaingang, uma série de eventos estabelece uma continuidade, nem sempre linear, que abrange tanto a Retomada Gãh Ré quanto outras retomadas. Nesse contexto, destaquei brevemente a Retomada Non Gá, de 2010, localizada na outra face do morro, que se conecta à comunidade Gãh Ré por meio da memória e do parentesco, além de fornecer subsídios jurídicos que reafirmam a importância do Morro Santana para o modo de vida tradicional kaingang.

A partir do trabalho de campo, observei como a identidade étnica se traduz em ação política, tanto dentro quanto fora da comunidade Gãh Ré, conectando-se à mitologia kaingang e à apropriação das ferramentas jurídicas nas lutas territoriais. A pesquisa revelou que as diferenças étnicas estão ligadas à organização social e às relações de sociabilidade que fundamentam o processo de territorialização. Também pude identificar alguns elementos estruturantes da Retomada Gãh Ré, como etnicidade, sociabilidade e uma relação específica com o regime da propriedade privada, que guiaram as estratégias dos indígenas para retomar seu território. Por exemplo, ao disputar um terreno no Morro Santana, os Kaingang apelam à função social da terra como estratégia de luta, e, ao se depararem com a polícia, reafirmam seus direitos étnicos, enquanto Gah Té, ao se identificar como mãe e avó, demarca sua posição específica dentro do grupo étnico.

Entendo as relações de parentesco como um elemento-chave na organização sociopolítica da Retomada. Na comunidade Gãh Ré, o parentesco se manifesta por meio de estratégias tradicionais, como a escolha da cacica e vice-cacique pelos conselhos dos *kofá*, também pela abertura do sistema de

parentesco, com acolhimento aos Warao, quilombolas e parentes *fóg*. Arrisco dizer que o parentesco aparece como o núcleo estruturante da Retomada, tanto material quanto simbolicamente, como evidenciado pelo apoio dos parentes da Por Fi Ga e pela forte ligação com a memória coletiva e ancestral, materializada nas falas e nos sonhos da *kujà*. Gah Té direciona sua ação para as futuras gerações, inspirada nas gerações passadas. Além disso, identificamos uma constelação de atores e relações interétnicas, onde a centralidade da atuação indígena se mantém, apesar das tensões e negociações que permeiam os processos de territorialização.

À guisa de conclusão, destaco que embora existam datas que simbolizam alguns marcos – como a ação retomada, a greve de fome, festas e confraternizações –, os processos de territorialização ocorrem cotidianamente, através da recepção de parentes, construção de infraestrutura, trilhas pelo morro e aulas da língua kaingang. Esses processos são *encarnados*, pois a presença dos indígenas no local é o que garante a reivindicação de seu território. Em contraste, os *maioneses* não precisam estar presentes, pois, mesmo com o imóvel hipotecado, eles detêm o “poder da caneta”, como afirma Gah Té, referindo-se à influência de políticos, empresários, judiciário e até mesmo antropólogos.

## Referências bibliográficas

Alarcon, Daniela Fernandes. **A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro.** *RURIS*, v. 7, n. 1, 2013.

Alarcon, Daniela Fernandes. **O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia.** Editora Elefante, 2019.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto.** Manaus: Ed. UFAM, 2008.

Abu-Lughod, Lila. **A escrita contra a cultura.** *Equatorial*, v. 5, n. 8, 193-226, 2018.

Barth, Fredrik; **Grupos étnicos e suas fronteiras.** *In:* Streiff-Fenart, Jocelyne; Poutignat, Philippe. *Teorias da etnicidade.* São Paulo: Unesp, 2011.

Domingos, Angélica. **“Êg tigtí jamã kri, êg jamã pê, êg ny ga fi” entre território e territorialidades originárias: A resistência Kaingang frente às violações dos direitos indígenas no sul do Brasil.** 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 114f., 2022.

Domingos, Angélica. 2022. *In:* **Caderno de campo**, 2022.

Ferreira, Joelson; Felício, Erahsto. **Por Terra e Território: Caminhos da Revolução dos Povos no Brasil.** Teia dos Povos, 2021.

Gah Té, Iracema Nascimento. 2022. *In:* **Caderno de campo**, 2022.

Gah Té, Iracema Nascimento. 2023. *In:* **Caderno de campo**, 2023.

Gah Té, Iracema Nascimento. 2024. *In:* **Caderno de campo**, 2024.

Gastal, Susana. **Memória dos Bairros: Morro Santana.** Porto Alegre, Unidade Editorial Porto Alegre, 1995.

Kapri, Audisseia Nascimento. 2024. *In:* **Caderno de campo**, 2024.

Maréchal, Clementine, Heineck, Eduarda; Brandalise, Guilherme; Rodrigues, Milena; Quintero, Pablo; Magalhães, Alexandre; Silva, Gustavo; Valdez, Ramiro. **Nota Técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre.** 2022.

Maréchal, Clementine. **Êg ga êg kófa tú (A nossa terra é a nossa história): território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang.** 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 665f, 2021.

Maréchal, Clémentine. **Sonhar, curar, lutar: Colonialidade, xamanismo e cosmopolítica kaingang no Rio Grande do Sul**. Curitiba: Editora Primas, 2017.

Maréchal, Clémentine. **Política do etnocídio e resistência nas Retomadas Kaingang no Rio Grande do Sul**. Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 5, n. 1, p. 29-54, 2018.

Oliveira, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, v. 4, p. 47-77, 1998.

Oliveira, João Pacheco de. (Org). **A reconquista do território**. Etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

Oliveira, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

Peirano, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes antropológicos, v. 20, p. 377-391, 2014.

Quijano, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**. Dispositivo, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.

Quijano, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Sousa Santos, Boaventura; Meneses, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Portugal: Edições Almedina, 2009.

Quintero, Pablo. **Mito-lógicas del diablo en el Chaco argentino**. Espaço Ameríndio. v. 9, n. 1, 2015.

Rosa, Marlise; Reis, Rodrigues. **Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, 2023.

Saldanha, José Rodrigo Pereira. **Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Sigaud, Lygia. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. Novos Estudos - CEBRAP, n. 58, p. 73-92, 2000.

Silva, Luis Gustavo Ruwer. **“Não tinha água para tomar quem dirá para controlar o fogo”: conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS**. 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Silva, Luis Gustavo Ruwer. **Por um mundo onde caibam muitos morros: Reflexões ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Teia dos Povos. **Indígenas Kaingang e Xokleng retomada território ancestral no Morro Santana, em Porto Alegre.** Teia dos Povos, 2022. Disponível em: <<https://teiadospovos.org/indigenas-kaingang-e-xokleng-retomam-territorio-ancestral-no-morro-santana-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

Tommasino, Kimiye. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em Movimento.** 1995. Dissertação (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1974 – 1984: Novo campus. **UFRGS, 2023.** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/80anos/1974-1984/>> Acesso em: 03 jan. 2024.

Wapichana, Eriki Aleixo. **Sociogênese da mobilização étnica ocorrida na comunidade Serra do Truarú (Terra Indígena Serra da Moça, etnorregião Murupú, Boa Vista-RR).** Horizontes Antropológicos, v. 26, p. 381-417, 2020.

---

Recebido em: 15/04/2024\* Aprovado em: 10/10/2024\* Publicado em: 31/12/2024

---